



Educação do Campo: práticas educativas na Educação Básica
Caderno Temático do II SIEC

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE
CARIRIAÇU-CE**

Erasmão Gonçalo Dias¹
Eloisa Magalhães Pássaro²

RESUMO

O presente artigo que tem como tema os desafios da educação de jovens e adultos no município de Caririçu, objetiva apresentar de modo sucinto a situação dessa modalidade educacional no município, fazendo uma correlação com o que diz autores como (COSTA; ÁLVARES; BARRETO; 2006); (PIERRO; VÓVIO; ANDRADE, 2008); (GRACINDO, 2006), (FREIRE, 1987/1996) e tantos outros que tratam da temática. Esse trabalho se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados se deu em uma escola municipal de Caririçu-CE, a partir do olhar de um educador acerca de como tem acontecido essa modalidade. Desse modo traz como referência a experiência da atuação de um professor de EJA no ano de 2014, descrevendo pontos de vista sobre como essa modalidade tem sido tratada nas escolas. Portanto é uma pesquisa qualitativa, pois considera a concepção de mundo do pesquisador buscando compreender fenômenos vivenciados pelos sujeitos, considerando assim sua interpretação sobre o objeto estudado. Com o trabalho pretende-se contribuir com essa modalidade, pois revela a situação da EJA denunciando alguns de seus problemas, bem como trazendo reflexões e proposta de superação dos desafios encontrados.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Escola, Educador.

ABSTRACT

This article has as its theme the challenges of youth and adult education in the municipality of Caririçu, aims to present succinctly the state of the educational modality in the city, making a correlation with what it says as authors (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006); (PIERRO, VÓVIO & ANDRADE, 2008); (GRACINDO, 2006) and many others who deal with the issue. It is a literature search, but one way or another also presents characteristics of a field research because the data collection took place in a municipal school Caririçu-EC but there were no intervention by the researcher (SEVERINO, 2007). So it has as reference the experience of the work of a professor of adult education in 2014, describing views on how this type has been treated in schools. So is a qualitative research, considering the design of the researcher world seeking to understand phenomena experienced by the subjects as well considering its interpretation of the studied object. (POLAK; DINIZ & SANTANA, 2011). In this way it is intended to contribute to this mode, it reveals the real

¹ Educando do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO/URCA

² Prof^a. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO/URCA

situation of EJA denouncing some of its problems as well as bringing thoughts of how it would work on the basis and essence of the educator (FREIRE, 1987) suggests.

Keywords: Youth and Adult Education, School, Educator.

INTRODUÇÃO

Não é temeroso afirmar que no Brasil a educação sempre foi ofertada a conta-gotas e quase sempre em defesa de uma ideologia dominante que para manter seu domínio oprime vergonhosamente as comadas populares da sociedade. Com uma escola fragilizada e para poucos em nível de qualidade, o que se vê é um número crescente de evasão e que mais tarde esse contingente de alunos que desistem da escola no ensino regular estará alimentando as salas de educação de jovens e adultos.

Expulsos da escola pelos mais variados motivos, os alunos da EJA depois de vagarem por muitas escolas e principalmente pela “escola da vida” tentam realizar o sonho de ter um diploma e/ou simplesmente ser alfabetizados, pois não suportam mais a vergonha de participar das estatísticas que discrimina, exclui e os deixam a margem da sociedade. Na tentativa de reescrever uma EJA diferenciada, que como diz (FREIRE, 1987) democrática e emancipatória, muitos professores tem buscado estudar para redescobrir o que se encontra por trás de posturas que contribua para esse fim, comungando com o que afirma (CIPRIANO apud BRANDÃO, 2005), em que defende que o professor deve trabalhar os conteúdos com criticidade, assim, partindo dessas reflexões vale ressaltar que a “filosofia não tá suspensa no ar; não é livro em prateleira nem frase pra declamar. Filosofia é um jeito consciente do povo se libertar”.

Por isso, o presente artigo que tem como tema os desafios da educação de jovens e adultos no município de Caririaçu, objetiva apresentar de modo sucinto a situação dessa modalidade educacional no município, fazendo uma correlação com o que diz autores como (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006); (PIERRO, VÓVIO & ANDRADE, 2008); (GRACINDO, 2006) e tantos outros que tratam da temática. É uma pesquisa bibliográfica, mas de um jeito ou de outro apresenta também características de uma pesquisa de campo, pois a coleta de dados se deu em uma escola da zona rural do município de Caririaçu-CE, sem no entanto, haver intervenção direta do pesquisador (SEVERINO, 2007).

No primeiro ponto do trabalho, foca-se em um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, mostrando sua evolução e bases legais que a legitima. No ponto seguinte, trazemos como se comporta e qual é o perfil do educador da EJA do município. Em seguida, procura-se também apresentar de modo similar o perfil dos educandos, visando identificar seus principais problemas, aspirações e que motivação real eles buscam na EJA. Nas

considerações finais busca-se trazer uma reflexão sobre toda situação da EJA no município, como forma de resultados que a pesquisa possibilitou, tentando prever o que se espera que aconteça com essa modalidade educacional no futuro de Caririaçu. Também reflexões a respeito do trato dado tradicionalmente e como essa modalidade deveria ser trabalhada de modo a quebrar as barreiras do preconceito e das desigualdades sociais.

2 O QUE LEGITIMA A EJA NO BRASIL

A história da educação do Brasil traz a marca de uma educação para poucos, tardia e discriminatória. No que se refere a educação de jovens e adultos a situação se agrava ainda mais, pois somente a partir de meados do século XX, é que se começa a ser colocado nas pautas de negociações dos governantes os graves problemas de históricos de pessoas não alfabetizadas. Os números apontaram em 1872 que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos eram analfabetas (PIERRO; VÓVIO & ANDRADE, 2008) e que segundo o mesmo autor somente:

No início do período republicano, a alfabetização e a instrução elementar do povo ocuparam lugar de destaques nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificaram o analfabetismo como vergonha nacional e acreditavam a alfabetização o poder da elevação moral e intelectual do país e de regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos, a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas. Pouco, porém, foi realizado nesse período no sentido de desencadear ações educativas que se estendessem a uma ampla faixa da população. Devido as escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950 mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado. (p.20)

Esses dados além de denunciar a existência de uma educação discriminatória e excludente não conseguiu naquele contexto ser efetivada o que significou anos mais tarde um grande contingente de jovens e adultos não alfabetizados e conseqüentemente de pessoas sem direitos legais. E somente a partir de 1947, quando se estruturou o serviço de educação e teve início a campanha de educação de adolescentes e adultos (CEAA), (PIERRO; VÓVIO & ANDRADE, 2008 p.21) é que se ensaia uma política de erradicação do analfabetismo no Brasil, dando com isso um sinal de efetivas mudanças na legislação, apontando para transformações reais e de fato significativas.

É certo que muitos dos movimentos reivindicatórios por uma educação para os marginalizados defendidos principalmente pelas bases dos movimentos populares tendo à frente o educador Paulo Freire, foram sucumbidos com o golpe ditatorial militar de 1964, pois

as propostas de alfabetização voltadas para esse públicos perdem essencialmente a sua criticidade, e o que se tinha era minimamente lampejos de uma educação que visava reproduzir o sistema vigente.

Durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos, promovida pelo governo, colaboram na manutenção da coesão social e na legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção. A escolarização de jovens e adultos ganhou a afeição de ensino de 1971, mesmo ano em que teve início a campanha denominada movimento brasileiro de alfabetização, que ficou conhecida pela sigla Mobral. [...]. (PIERRO; VÓVIO & ANDRADE, 2008, p. 24)

Assim, nesse contexto de uma educação em larga expansão, padronizada e centralizadora, é que evidenciou-se por todo o país uma corrida de correção dos números então vigentes, tentando modificar o quadro no mapa do analfabetismo, contudo, as metas de erradicação do analfabetismo não se cumpriu.

Nessa mesma época se instala no país, uma período de transição para o que chamamos de efetivação da democracia, principalmente com a criação da constituição de 1988, logicamente depois de grandes lutas imprimidas por toda sociedade, especialmente pelos movimentos reivindicatórios, que intensificam a efetivação de leis que respondam aos interesses do povo brasileiro. Todas as conquistas nesse contexto foram gradativamente sendo efetivadas, nutridas principalmente

[...] pelos compromissos assumidos pelo país no âmbito internacional. Entre eles destaca-se a participação brasileira na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), em que inúmeros países e organismos internacionais estabeleceram uma iniciativa para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultas, a começar pela alfabetização, concebida como instrumento especialmente eficaz para aprendizagem, para o acesso e a elaboração da informação, para a criação de novos conhecimentos e para a participação cultural. (PIERRO; VÓVIO & ANDRADE, 2008, p. 25)

Desse modo é que a educação de jovens e adultos começa de fato a ocupar parte significativa do seu contingente nas escolas de todo o país, abarcando um número maior de cidadãos. Com isso, embora se questiona a qualidade dos cursos, execução e continuidade ao menos a partir da lei se ensaia uma nova realidade nas escolas brasileiras, pois a garantia agora estava estabelecida na constituição de 1988, especialmente no Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I-Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VI-Oferta de ensino noturno regular, adequado as condições do educando; (BRASIL, 2010). Tornando realidade uma lei que reparasse uma histórica exclusão

de acesso à educação de parte significativa da população brasileira, especialmente dos sujeitos que vivem no campo e nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos.

Essas garantias possibilitaram aos jovens e adultos a entrada na escola no horário em que estes não estavam trabalhando como também a garantia de ampliação das escolas em todo o país, - e reafirmando o que foi dito anteriormente- especialmente no campo e nas periferias das regiões menos assistidas do território nacional, pois nesses espaços o processo de exclusão foi e ainda é gigantescamente perverso e superior a outros lugares.

Após a promulgação dessa lei (1988), foi possível haver o surgimento de outras também consideradas de extrema importância nos avanços que aponte para uma educação para todos, um destaque especial a LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394, DE 1996, especialmente o capítulo II. Da Educação Básica[...] Seção V. Da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do trabalho, mediante cursos e exames;

2º o poder público viabilizarão e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si;

Art. 38 os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I- No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II- No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

2º os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão oferecidos e reconhecidos mediante exames.
(BRASIL,1996)

A conquista desta lei, especialmente no que versa os artigos 37 e 38 possibilitou mudanças profundas no seio da educação de jovens e adultos, pois dentre outras marcas, melhoraram os investimentos, os conhecimentos prévios dos educandos ganharam notoriedade dentro dos currículos, exames e testes de validação para o ingresso no estudo foram diminuídos onde antes era de 18 e 21 anos passou para 15 e 18 anos (GRACINDO, 1994). Enfim, com a colaboração de todos os seguintes da sociedade a educação de jovens e adultos passou de fato a ser efetivada rompendo ao menos na lei com um dos principais gargalos da sociedade que é o analfabetismo de jovens e adultos, uma das maiores vergonhas da históricas da sociedade brasileira.

3 PERFIL DO EDUCADOR DA EJA DO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CE

Podemos considerar que os problemas educacionais no que tange as leis que legitima a educação de jovens e adultos estão parcialmente superadas, ou seja, a barbárie que pairava a falta de políticas públicas em meados do século XX, ganham nas últimas décadas do mesmo século e início do século XXI contornos de uma educação universalizada, chegando no campo e nas periferias do país um contingente significativo de abertura de escolas e consequentemente a ampliação da oferta de vagas dessa modalidade.

Porém é importante mencionar que a ampliação com qualidade da educação de jovens e adultos não acompanhou no mesmo ritmo os avanços da lei. Muitos são os desafios a serem superados, dentre estes um especialmente merece destaque e que por isso deve ser analisado com mais afinco. Referimo-nos aqui da questão da qualificação e as condições de trabalho do educador, desse profissional que atua nas escolas de todo o país nessa modalidade, especialmente aos professores da rede pública municipal da cidade de Caririaçu, pois se nos grandes centros urbanos existem disparidades e diferentes tipos de educação, imaginem uma cidade interiorana cearense onde os desmandos políticos se encontram enraizado nos partidos e dirigentes da administração pública.

Mesmo assim, no que se refere ao perfil do educador da educação de jovens e adultos da cidade de Caririaçu ocorreram mudanças significativas. Se antes esse perfil era caracterizado por um tipo de professor com pouca ou quase nenhuma qualificação, muitos semianalfabetos, ocupando cargos temporários, pois essa função representava para os administradores da prefeitura “cabides” de empregos oferecidos aos vereadores onde estes distribuía para seus eleitores e/ou “cabos” eleitorais como moeda de troca pelo o voto, garantindo com isso sucessivos mandatos. Hoje porém, no que se refere a formação do educador, a situação é completamente diferente, o que temos é um quadro de professores efetivo, concursado com graduação e pós-graduação em suas respectivas áreas de atuação.

Isso no entanto embora signifique um grande avanço, é fruto da diminuição do número de alunos do município e com isso, parte desses profissionais efetivos foram sendo remanejados, ocupando os espaços no turno da noite fazendo surgir novos e diferentes problemas. A nível de exemplo, podemos citar que parte significativa desses profissionais trabalham geralmente três turnos e chegam a sala de aula, cansados, esgotados e muitas vezes estressados da labuta diária imposta por outras funções nos turnos da manhã e da tarde, ficando secundarizada a função de verdadeiramente educar.

Esse tipo de educador, embora possamos afirmar como comprometido com sua missão, não consegue atingir seus objetivos, esbarram quase sempre na falta de tempo para planejamento, inexistência de apoio pedagógico, falta de material didático, pouca motivação para atuar nessa modalidade. Sem contar que muitos se encontram em fase de aposentadoria e estão na EJA esperando simplesmente esse dia chegar. Desse modo, o trabalho fica deficitário devido a uma série de problemas advindos principalmente da falta de disponibilidade e recurso que possam tornar suas aulas mais atraentes e significativas para os educandos.

É importante ressaltar também que existe uma parcela considerável desses educadores que vem trilhando um trabalho muito importante, pois consideram que o bom educador necessite valorizar os saberes de seus alunos, que foram roubados parte de sua infância, sendo negado o direito a uma educação de qualidade e que por isso mesmo apresentam sérias dificuldades.

[...] quando saio de casa para trabalhar com os alunos, não tenho dúvida nenhuma de que, inacabados e conscientes do inacabamento, abertos a procura, curiosos, “programados, mas, para aprender”, exercitaremos tanto mais e melhor a nossa capacidade de aprender e de ensinar quanto mais sujeitos e não puros objetos do processo nos fazemos. (FREIRE, P.58)

Assim, é compreendendo que não estamos e não somos puros a ponto de negar a contribuição do outro, de estabelecer relações de convivência em que as diferentes ideias podem convergir na solução de um determinado problema e o surgimento de outros também possíveis de serem solucionados. Isso implica que o educador deve estar aberto para o diálogo que entenda as diferentes adversidades que cada educando da EJA traz em sua trajetória de vida, e essas experiências podem ser aproveitadas como uma excelente ferramenta pedagógica, que culmine na construção e descobertas de novas maneiras de aprender.

Esse educador compreende que sua função vai além da mera transmissão de conhecimentos, entende que seu papel é antes de tudo motivar o educando a querer “desenhar” um mundo diferente daquele vivido como oprimido, com novas possibilidades que fale e afirme seu lugar, sua gente, sua cultura. Nessa nova empreitada e forma de ver o mundo com criticidade aprende que tem direitos, que pode decidir, exigir e escolher.

[...] estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciências ou teologia, sem assombro em fase do mistério, sem aprender, sem politizar não é possível. (FREIRE 1996, p. 58)

Esse despertar de consciência provocado em parte por esses educadores tem contribuído para modificar a realidade de exclusão a qual esses sujeitos estão inseridos, pois a sementeira vem acontecendo através de trabalhos coletivos como seminários que trabalhem temáticas referentes ao contexto dos alunos, que respondam sobre questões corriqueiras que lamentavelmente acontecem nos bairros periféricos da cidade bem como na zona rural, onde se encontram as pessoas mais pobres do município. Os assuntos mais abordados nesses seminários tem sido aqueles que falam sobre drogas, violência das mais diversas, corrupção, enfim, sobre assuntos que interessem aos jovens e adultos que povoam as escolas que trabalham essa modalidade.

Com isso, acreditamos que embora de forma ainda muito sucinta, o educador da educação de jovens e adultos do município de Caririáçu apresenta um perfil que vem a responder pelo menos em parte com aquilo que Paulo Freire sempre defendeu, que é o processo de libertação e emancipação humana.

4 PERFIL DO EDUCANDO DA EJA DO MUNICÍPIO DE CARIRIÁÇU

A Educação de Jovens e Adultos representa para muitos indivíduos a possibilidade de retomar os estudos, de buscar recuperar o tempo perdido devido falta de acesso à escola pelos mais variados motivos. Assim a qualquer custo tenta aprender a ler e escrever, pois numa sociedade em que ser analfabeto é sinônimo de miséria, de incapaz, de pervertido, de pessoa indigna de conseguir qualquer coisa na vida, principalmente no que se refere aos bens materiais, ser alfabetizado representa um grande feito, de supervalorização, de dignidade.

Talvez por isso sua grande maioria seja composta de indivíduos que povoam os bairros pobres das cidades e dos campos agrícolas e veem na escola a possibilidade de não mais pertencer a esse número de contingente de analfabetos considerado vergonhoso por parte significativa da população.

Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem de modo geral, apenas o básico a sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades as quais participam, ligados, muitas vezes, as igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informações. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua. (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006 p.15)

Esse panorama que compõe uma classe excluída socialmente representa a grande maioria dos educandos da Educação de Jovens e Adultos do interior nordestino. Certamente também os que frequentam as escolas de Caririaçu que embora possua suas especificidades traz em si um traço comum a todas as outras que retrata a miséria acumulada em anos de exclusão econômica, política, social e de negação as diferentes culturas desses povos/sujeitos marginalizados.

Mesmo sem generalizar, os alunos que frequentam a educação de jovens e adultos do município de Caririaçu são agricultores ou de origem de famílias que trabalham na agricultura, que residem na zona rural do município ou nos bairros periféricos da cidade e que desistiram de estudar em tempos passados para ajudar seus familiares no sustenta da casa. Mas sua grande maioria são alunos que participaram de sucessivas reprovações nas escolas públicas municipais “ditas regulares” e com isso foram obrigados a cursar a EJA para poder conseguir terminar o Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Com isso uma esmagadora maioria desses alunos tem idade entre quinze e dezoito anos, pois praticamente foram expulsos do ensino regular por estarem “fora de faixa” (distorção idade/série) ou por apresentarem comportamentos indesejados/indisciplinados aos olhos de parte significativa dos professores e dos núcleos gestores das escolas do município.

Todos esses traços de discriminação sofrida ao longo de sua vida escolar colabora para enfraquecer e fragilizar ainda mais os alunos egressos da EJA, diminuindo com isso o gosto pelo os estudos. Assim tanto a escola como os professores perdem o respeito perante esses indivíduos, aumentando ainda mais o abismo que distancia alunos, professores e escola.

Uma característica do(a) aluno(a) é a sua baixo autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem. (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006 p.16)

A grande maioria são jovens com poucas perspectivas, que não mais acreditam na educação e que somente vão à escola devido a fortes pressões familiares que temem sair dos programas assistencialistas do governo federal. Esses alunos não compreendem o sentido da educação nem para que serve a escola e que por isso não respeitam suas regras, tampouco valorizam os professores. Nesse sentido, sem querer com isso generalizar, o perfil dos educandos da EJA do município de Caririaçu, difere do perfil daquele que se pode observar

no restante do país. Segundo os autores os alunos da EJA possuem uma certa maturidade, pelo fato de já terem passado pela escola e geralmente possuem uma vasta experiência de vida.

Os alunos e alunas da EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional. Podemos dizer que eles trazem uma noção de mundo mais relacionada ao **ver** e ao **fazer**, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o **ver** desse aluno, deixando-o preparado para **olhar**. Aberto à aprendizagem, eles vêm para sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa. (COSTA, ÁLVARES & BARRETO, 2006p.5)

Esse tipo de aluno apresentado pelos autores acima citados não correspondem com o perfil dos alunos que encontramos nas escolas de Caririaçu, pois como já foi dito, são jovens que apresentam pouco interesse pelos estudos e que não tem maturidade para compreender que a escola pode significar a saída da miséria a qual muitos destes vivem.

Com isso além das dificuldades inerentes à Educação de Jovens e Adultos, como material didática que respondam aos interesses e necessidades dos alunos, qualificação adequada e continuada aos professores, salários dignos e acompanhamento pedagógico por parte da escola, os educandos dessa modalidade não demonstram motivação pelos estudos, o que contribui para a não superação das dificuldades de aprendizagens, marca que os alunos carregam desde os primeiros anos de sua escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo de marginalidade que historicamente acompanha a Educação de Jovens e Adultos ganha em Caririaçu lente de aumento e contornos de dramaticidade, pois esta caminha para sua extinção, não porque o analfabetismo foi de fato erradicado, sabe-se que isso na realidade está longe de acontecer, mas sim pelo fato que essa modalidade tem sido tratada como um mero apêndice da educação e que para muitos tem contribuído negativamente com os baixos índices das avaliações externas, já que essa modalidade também tem passado por esse processo de avaliação e os números não tem sido favoráveis.

Como evidenciado no corpo deste artigo os alunos que tem entrado na Educação de Jovens e Adultos, em sua maioria tem sido aqueles expulsos da escola regular por motivos de indisciplina, ou aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. O que nos parece é

que essa medida serve para manter as salas “regulares” com uma certa homogeneidade, e que por isso esses alunos tem sido jogados na EJA que vem funcionando como “cano de escape” para esses corriqueiros problemas inerentes a educação.

Com isso, as salas de EJA ficam superlotadas e o não direcionamento pedagógico adequado aumenta ainda mais o problema, já que esses alunos compreendem que não serão reprovados, pois a não reprovação é uma prática normal nessa modalidade, independente de que este aluno tenha ou não adquirido as competências e habilidades para ingressar o ano/série seguinte.

Contrapondo-se a todos esses desmandos está a figura dos professores que vem tentando contribuir com a formação desses alunos, buscando imprimir uma prática que caminhe para uma educação democrática e libertadora (FREIRE, 1996), que compreende o aluno como um ser que pode decidir, argumentar sobre as diferentes situações de seu contexto político, econômico, cultural e social.

O professor que está sempre à disposição dos alunos, que valoriza os conhecimentos historicamente acumulados mas que não nega a bagagem de conhecimento e as múltiplas possibilidades de aprendizagens que cada um traz em si. Um professor que como diz (FREIRE, 1996) deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. E nessas interrelações e trocas de experiências entre os sujeitos reconstruir os espaços onde estes vivem, de modo a possibilitar a construção de sujeitos politizados.

Acredita-se que este trabalho poderá contribuir de forma significativa para os novos rumos que tanto necessita a educação de jovens e adultos, pois na medida em que denuncia a precária situação dessa modalidade, apresenta reflexões que apontam para uma educação emancipatória, porque apresenta o perfil dos alunos e de seus professores, e com isso podendo servir de exemplos para implantação de eventuais projetos que objetive reverter o quadro vergonhoso de como a EJA tem sido tratada. Do mesmo modo evidencia a luta dos professores que a duras penas vem resistindo a sucessivas tentativas do poder público de acabar de vez com essa modalidade, sem contudo, considerar as centenas de jovens, adultos ou idosos que sonham ainda com o diploma e o orgulho de enfim ser alfabetizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 26ª reimpressão da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

COSTA, Elisabete; ÁLVARES, Sonia Carbonell; BARRETO, Vera. **Alunos e Alunas da EJA**. Trabalho com educação de jovens e adultos. Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos**. Campinas: Papirus, 1994.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao_federal

PIERRO, Maria Clara; VÓVIO, Cláudia Lemos; ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

POLAK, Ymiracy N. de Souza; DINIZ, José Alves; SANTANA, José Rogério. **Dialogando Sobre Metodologia Científica** et. al [autores]. – fortaleza: Edições UFC, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23.ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.